

O conflito ambiental da Aracruz

Grande exportadora e beneficiária de incentivos fiscais, a Aracruz Celulose enfrenta uma CPI e vetos à expansão em três estados

ALBERTO KOMATSU

A Aracruz Celulose, cujo capital é controlado pela família Lorentzen, da Casa Real da Noruega, em parceria com os grupos Safra e Votorantim, tornou-se protagonista de um dos maiores conflitos ambientais do país.

É um caso singular de empresa privada que acabou sitiada por uma coalizão de organizações ecológicas internacionais, grupos indígenas, sindicatos de agricultores, Movimento dos Sem Terra, igrejas Católica e Presbiteriana.

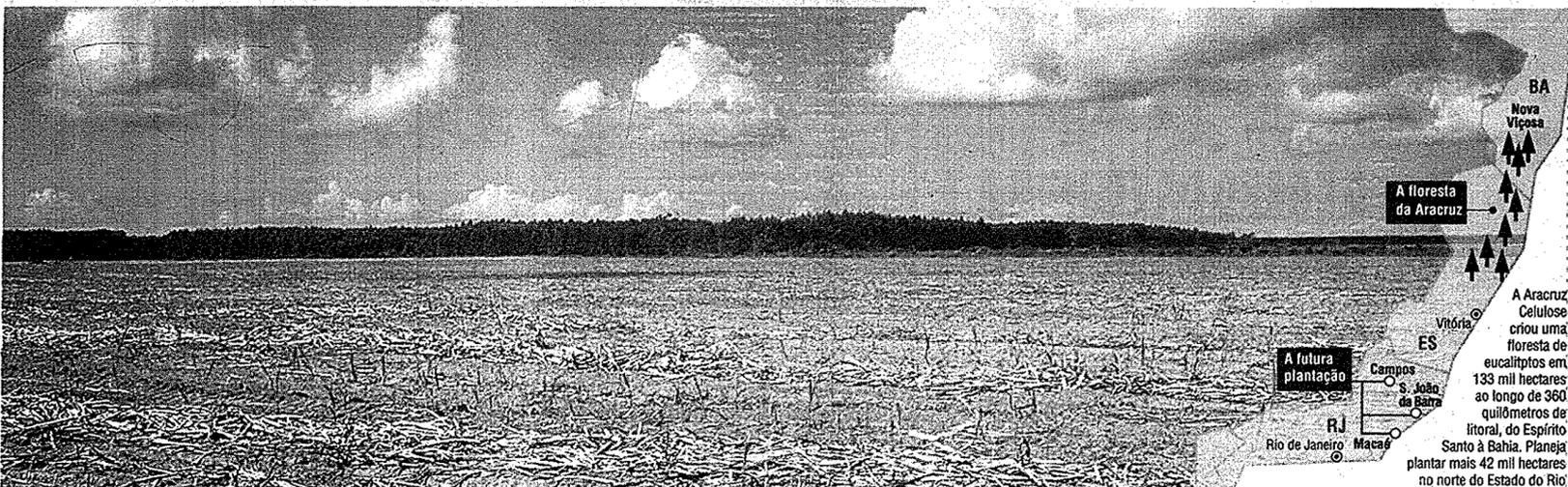
Grande exportadora de matéria-prima para fabricação de papel, beneficiária de incentivos fiscais e com 31% das ações negociadas na Bolsa de Nova York, a Aracruz completa três décadas de existência neste mês enfrentando forte oposição à sua expansão nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e Bahia.

Ela cultiva eucaliptos ao longo de 300 quilômetros de terras agriculturáveis, do norte do Espírito Santo ao sul da Bahia, ocupando uma área maior que a superfície de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. No ano passado, foi proibida por lei de aumentar a floresta pela Assembleia Legislativa capixaba. Em seguida foi vetada pelas Câmaras Municipais de Itamaraju, Ibirapuã, Itanhém e Eunápolis, na Bahia. Planejou uma saída de emergência, com plantação de um eucalipto em 42 mil hectares no norte fluminense. Desde então a confusão ambiental passou a ser interestadual. Na semana passada a Câmara de Vereadores de Campos seguiu o roteiro capixaba: propôs à Assembleia Legislativa fluminense a aprovação urgente de uma lei interditando a monocultura de eucalipto no estado até a existência de um mapeamento agroecológico.

Os problemas da Aracruz com as comunidades vizinhas começam na monocultura em terra — sua floresta capixaba é maior do que a área plantada com alimentos no estado. Eles estendem-se ao ar poluído pela fábrica e ao mar, onde escoam parte dos resíduos industriais, depois de tratados. Alcançam o Tesouro local. Por ser essencialmente exportadora, praticamente não paga ICMS, o imposto básico na arrecadação estadual.

Há polêmica quanto à dimensão dos supostos estragos ambientais que provocam seus eucaliptos. “Não há nenhuma prova científica que comprove que o eucalipto degrade o meio ambiente”, informa o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A empresa investiu de US\$ 6 milhões no projeto “Microbacia”, que reproduz em 267 hectares o modelo florestal da companhia, pa-

ra provar que não há danos ambientais.



Erling Lorentzen, com a mulher, a princesa Ragnhild da Noruega, preside conselho da empresa

nal do ano passado, para investir R\$ 86 milhões para plantar 42 mil hectares no norte fluminense. Desde então a confusão ambiental passou a ser interestadual. Na semana passada a Câmara de Vereadores de Campos seguiu o roteiro capixaba: propôs à Assembleia Legislativa fluminense a aprovação urgente de uma lei interditando a monocultura de eucalipto no estado até a existência de um mapeamento agroecológico.

Disputa com as comunidades vizinhas começa na monocultura em terra, avança pelo uso da água, se estende ao mar e ao Tesouro, porque está isenta de ICMS

Carlos Alberto Roxo, diretor da Aracruz, nega: “Nossas terras foram compradas de forma legal”. Argumenta que na década de 70 foi criado um Fundo de Investimento Setorial que permitia que se fosse aplicado parte do Imposto de Renda (IR) na compra de terrenos para plantio de eucalipto. Nessa época, lembra que muitas empresas foram formadas com esse objetivo. “A Aracruz comprou parte de suas terras de outras empresas”, alega.

Mas para os opositores a monocultura de eucalipto não causa só problemas ambientais. Pelos cálculos do Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo (MPA), um hectare de café pode gerar até 15 empregos diretos, enquanto são necessários de 30 a 40 hectares de eucalipto para empregar apenas um trabalhador. É o que teria causado a ampliação do êxodo rural no estado.

A titularidade de parte das terras ocupadas pela Aracruz também está sendo questionada. Uma parte, na enseada do município de Aracruz, por remanescentes indígenas das tribos guarani e tupiniquim. Outra parte porque a empresa teria usado pessoas para adquirir terras devolutas do Estado, que só podem ser recebidas por pessoas físicas.

A Aracruz Celulose criou uma floresta de eucaliptos em 133 mil hectares ao longo de 360 quilômetros de litoral, do Espírito Santo à Bahia. Planeja plantar mais 42 mil hectares no norte do Estado do Rio

Outras denúncias em investigação têm como foco o alto consumo de água. Em tese, um hectare plantado com 2,2 mil eucaliptos precisaria de 4 mil milímetros de chuva por ano. Como na região da floresta da Aracruz a precipitação pluviométrica anual chega, em média, a 1,4 mil milímetros por ano, a diferença de mais de 2 mil milímetros é retirada do solo e subsolo, tanto pela função osmótica como pela sucção das raízes. Isso teria provocado a seca de mais de três dezenas de riachos. E, depois de três décadas, a Aracruz viu-se obrigada a desviar um canal do Rio Doce para abastecer seu complexo industrial.

Em 1999, associada à prefeitura da cidade onde mantém a fábrica, fez um projeto de “transposição” das águas do Rio Doce. Oficialmente foi para melhorar o sistema de abastecimento municipal. Os deputados capixabas querem apurar porque a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) autorizou a obra sem exigir um documento essencial, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (APIA/RIMA).

O gerente de Meio ambiente da Aracruz argumenta que em 1999, “houve uma das piores secas do Estado do Espírito Santo”. Naquela época, o volume de chuva foi de cerca de 800 milímetros, enquanto a média anual gira em torno de 1.600 milímetros. Por isso, segundo Roxo, os prefeitos de Aracruz e Linhares pediram à Aracruz que os ajudasse a fazer a obra.

“Foi feita uma obra de dois quilômetros ligando canais já existentes. Não houve o menor impacto ambiental. A água fluiu com enorme benefício para a região”, diz Roxo. Sobre a licença ambiental, o executivo diz que pelo caráter de emergência foi feita uma Declaração de Impacto Ambiental (DIA) — cuja aprovação é bem mais rápida. “Isso foi perfeitamente legal. A legislação permite isso em casos de emergência”, argumenta. Ele reconhece que houve benefício para o complexo industrial da empresa.

A controvérsia que ronda a Aracruz já atingiu o Palácio Real da coroa norueguesa, que foi palco de um inusitado protesto contra a empresa. Em 1997, dois índios guaranis estiveram em Oslo, capital norueguesa, para um protesto contra a empresa. Leram um manifesto em frente à mansão da família real.

Erling Sven Lorentzen, marido da princesa Ragnhild, irmã do rei da Noruega, Harald V, é o presidente do conselho de administração da Aracruz. A empresa informa que todos os problemas com as tribos guarani e tupiniquim já foram resolvidos. Segundo Roxo, foram transferidos 1,7 mil hectares os remanescentes indígenas, que possibilitaram uma receita de R\$ 5,1 milhões, em quatro anos, às tribos.